

Desafios na implementação da atenção em saúde às mulheres em situação de violência sexual em duas capitais brasileiras

Ludmila Fontenele Cavalcanti
Raimunda Magalhães da Silva
Luiza Jane Eyre de Souza Vieira
Gracyelle Alves Remigio Moreira
Roberta Matassoli Duran Flach
Rejane Santos Farias

Introdução

Essa pesquisa insere-se nos esforços de contribuir para melhorar as respostas dos serviços de saúde aos grupos beneficiários, corrigir os rumos e reorientar as estratégias de ação na atenção às mulheres em situação de violência sexual. A violência sexual é uma das manifestações da violência de gênero mais cruéis e persistentes, considerada como uma pandemia (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2010).

Em virtude da magnitude e do impacto da violência sexual, sua prevenção requer ações eficazes e capazes de impactar favoravelmente a realidade vivida pela população feminina. Nesse sentido, as intervenções devem ser estudadas para produzir um melhor entendimento sobre o que, nos diferentes cenários, é eficaz para prevenir a violência sexual e para tratar as vítimas (CAVALCANTI, 2007).

Objetivos

Analisar a implementação das ações de atenção em saúde às mulheres em situação de violência sexual em duas capitais brasileiras, com especial atenção ao processo de notificação das situações de violência sexual contra a mulher e à prevenção da gestação decorrente da violência sexual.

Método

Trata-se de pesquisa multicêntrica usando-se a triangulação de métodos e técnicas, através das abordagens quantitativa e qualitativa. O universo da pesquisa corresponde aos serviços de saúde especializados na atenção às mulheres em situação de violência sexual, situados no Rio de Janeiro e em Fortaleza, vinculados à instância municipal. Os instrumentos adotados na coleta são a documentação institucional e a entrevista do tipo semiestruturada com gestores e profissionais de saúde.

Resultados

A população feminina de ambos os municípios corresponde a 53 % da população. O IDHM (2010) de ambas é considerado elevado, tendo sido a educação a dimensão que em ambos alcançou maior crescimento (PNUD, IPEA, FJP, 2013). Em relação aos crimes contra a liberdade sexual, em 2012, no Ceará foram registrados 1483 e no Rio de Janeiro 5923, o que corresponde às taxas de 17,2 e 36,5, por 100 mil habitantes, respectivamente (SNSP, 2013).

O estado do Ceará firmou 37 convênios com a SPM para o enfrentamento à violência contra a mulher, enquanto o Rio de Janeiro firmou 56 convênios. O estado do Ceará

encontra-se entre os estados que tiveram os maiores crescimentos no número de convênios, que, em sua maioria voltou-se para atender às demandas municipais. Já no estado do Rio de Janeiro a maioria dos convênios foi direcionada aos organismos da sociedade civil. Chama a atenção o número absurdamente baixo das violências sexuais notificadas na saúde no período de 2009 a 2011, 468 no Ceará e 791 no Rio de Janeiro (SENADO FEDERAL, 2013). Observa-se um contexto muito diferenciado entre os dois municípios estudados em relação aos aspectos culturais e à visibilidade da violência sexual contra a mulher, como uma das expressões da violência de gênero.

O processo de implementação das ações de atenção em saúde às mulheres em situação de violência sexual apresenta diferenças significativas. No Rio de Janeiro, esse processo foi iniciado na década de 90, as unidades referência são, em sua maioria, maternidades e a gestão das ações situa-se em diferentes setores, o município dispõe de Secretaria Especial de Políticas para Mulheres. Fortaleza iniciou esse processo há cerca de 10 anos, as unidades de referência são unidades hospitalares secundárias, a atenção às situações de violência sexual situa-se na área da saúde da mulher no campo da gestão, o município conta com uma Coordenadoria de Políticas para as Mulheres da Secretaria Municipal de Cidadania e Direitos Humanos.

O Rio de Janeiro vem apresentando um investimento regular e consistente na capacitação das equipes desde 2000. Ambos os municípios não possuem suporte regular às equipes de saúde. Quanto à produção de material educativo, enquanto o Rio de Janeiro vem produzindo materiais voltados para os profissionais de saúde, Fortaleza em produzindo materiais dirigidos às mulheres.

Apesar da incorporação dos marcos legais nas gestões, ambos os municípios encontram dificuldades em relação à implementação de protocolos no âmbito dos serviços, à consolidação de fluxos e à oferta de contracepção de emergência.

Em relação ao aborto previsto em lei, observa-se a falta de institucionalização no município de Fortaleza e a necessidade de ampliação do número de serviços no Rio de Janeiro. Ambos os municípios possuem apenas uma unidade de saúde de referência, agravado pela resistência dos profissionais em executar o procedimento.

A institucionalização da notificação do SINAN e a articulação dos serviços e instituições de atendimento às mulheres em situação de violência, por meio da implantação e fortalecimento da rede de atendimento às mulheres em situação de violência, colocam-se como desafios futuros para a gestão desses municípios.

Conclusão

Os municípios ainda são incipientes no monitoramento das ações de prevenção e assistência às mulheres em situação de violência sexual na área da saúde. Isso pode estar associado ao distanciamento da gestão das ações de saúde das ações de enfrentamento à violência contra a mulher. Além disso, a recente implementação destas ações e a cultura avaliativa ainda frágil na área das políticas públicas contribuem para esse quadro.

Apesar dos pontos de convergência, os resultados apontam para uma incorporação diferenciada dos dois municípios em relação aos parâmetros sugeridos pela Norma Técnica (Ministério da Saúde, 2010), decorrente da trajetória de consolidação dos serviços, da apropriação da categoria gênero por gestores e profissionais, da aproximação com o movimento feminista e dos contextos culturais específicos.

Referências Bibliográficas

Cavalcanti, L. F. Prevenção da violência sexual e avaliação dos programas de saúde: tendências atuais. In: Almeida SS, organizadora. Violência de gênero e políticas públicas. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; 2007. p. 139-155.

Ministério da Saúde. Prevenção e tratamento dos agravos resultantes da violência sexual contra mulheres e adolescentes. Norma técnica. Brasília: Ministério da Saúde. 3ª revisão; 2010.

Organização Mundial da Saúde (OMS). Relatório Mundial de Violência e Saúde. Geneva: OMS, 2002.

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Fundação João Pinheiro (FJP). Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org.br/2013/>>. Acesso em 14 out. 2013.

Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM). Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres; 2011.

Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM). Rede de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres; 2011.

Secretaria Nacional de Segurança Pública/MJ (SNSP). Anuário Brasileiro de Segurança Pública. Brasília: SMSP, 2013.

Senado Federal, 2013. Relatório Final da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito. Brasília: Senado Federal. 2013.